



CENA POLÍTICA

ARIOSTO TEIXEIRA

Economia - Brasil

Toda negligência será castigada

Diante do quadro potencial de resistência e conflito ao programa de ajuste fiscal a ser lançado nos próximos dias, o presidente Fernando Henrique Cardoso terá de conduzir as negociações para viabilizá-lo em dois sentidos. Em um, ele provavelmente tentará estabelecer apoios na sociedade civil organizada, estimulando a pressão de empresários e de trabalhadores. Nesse caso, o objetivo é evitar a negociação de varejo, o zig-zag que o entendimento caso a caso no parlamento costuma produzir.

Em outro sentido, o Presidente dificilmente terá alternativa senão recorrer ao isolamento dos negligentes e da intransigência ideológica. Apesar das declarações amistosas dos últimos dias (especialmente a do ministro José Serra, que afastou a hipótese de retaliação a governantes oposicionistas), é certo que o libertinismo fiscal não será chancelado. Ainda que isso aumente o sacrifício das populações atingidas. Ao que se sabe, porém, os esforços de equilíbrio orçamentário e as atitudes cooperativas serão

recompensadas, venham de onde vierem.

Não vai dar para fazer a reforma tributária este ano. Considera-se um contrasenso subtrair da agenda dos congressistas eleitos no último dia 4 tema de tão grave importância, mas principalmente deseja-se adiar os embates que essa reforma provocará. Mas a nova lei de finanças públicas vai ter que sair este ano. Associada à lei Camata, espera-se que ela se torne indispensável para impor disciplina fiscal aos estados e municípios.

Ora, não há disciplina possível sem ameaça de punição. E aí está o problema. A urgência do calendário do Governo não combina com as inevitáveis resistências a dispositivos que possam ser classificados como castradores da independência e da autonomia das unidades federativas.

A cultura política do País interpreta os termos "autonomia" e "independência" como liberdade para decidir sobre quanto, onde e como gastar o dinheiro do contribuinte. A consequência desse "liberalismo" é a convivência histórica com um brutal déficit nas

finanças públicas. Arrecada-se 31% de um PIB de R\$ 900 bilhões, mas gasta-se despreocupadamente 38% desse total. O que está em exame, por conseguinte, é a fórmula pela qual o Presidente, os governadores e os prefeitos cortarão despesas de R\$ 63 bilhões.

Os programas de propaganda eleitoral do segundo turno oferecem um retrato inquietante do que está por vir, caso não se universalizem controles e limites. Observe os seguintes exemplos: Joaquim Roriz, candidato do PMDB, promete aumentar os salários e reduzir de 12% para 6% a contribuição previdenciária dos servidores de Brasília; Paulo Maluf garante aos paulistas "farmácias do povo" para vender remédios subsidiados e distribuir sabonete, shampoo e camisinha de graca; o petista Olívio Dutra promete aos gaúchos milhares de empregos públicos.

Essa é uma história de demagogia que se repete nos lugares onde a decisão eleitoral ficou para o segundo turno. Por um lado, os aliados do Governo alegam essa condição como garantia de que dis-

porão de recursos para materializar suas promessas. Os oposicionistas, como o gaúcho Olívio, argumentam por outro lado que Fernando Henrique não persegue adversários e que não ficarão isolados se vencerem. De qualquer modo, as medidas que prometem para atrair eleitores são o oposto do rigor fiscal a ser anunciado brevemente.

No primeiro turno, dos 15 governadores eleitos com Fernando Henrique, dois saíram da oposição. Neste domingo serão eleitos mais 12 em um quadro eleitoral que não apenas favorece a oposição, mas tem também compelido candidatos aliados do Presidente a compromissos com políticas que dificilmente poderão cumprir sem romper com o Governo. O potencial de conflito não é negligenciável. Dos 27 estados, incluindo o Distrito Federal, 17 gastam com a folha de pessoal mais que 60% da arrecadação, um desequilíbrio cuja eventual persistência dificultará a ajuda financeira que o Brasil pediu ao FMI.